

POVO LIVRE

REVISÃO CONSTITUCIONAL

PS VAI TER DE

“TOMAR POSIÇÃO”

Luís Montenegro, que participava em Viseu, no sábado, na cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos da Distrital do PSD, afirmou que não vai permitir que António Costa e o PS façam “duas ou três reuniões” e desperdicem uma “grande oportunidade” para atualizar a Lei Fundamental

10 PSD

UMA CONSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA E VALORIZA A JUVENTUDE

Hugo Soares, Secretário-geral do PSD, defende que é altura de incluir expressamente na Constituição as preocupações da juventude portuguesa e da “justiça intergeracional”

15 PARLAMENTO

ALÍVIO FISCAL COM AUMENTO DAS DEDUÇÕES NA HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO

Em conferência de imprensa, o presidente do grupo parlamentar propôs um alívio da carga fiscal com o aumento das deduções em sede de IRS para a habitação e educação no Orçamento do Estado

28 REGIONAIS

GOVERNO DA MADEIRA QUER AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA

O Governo da Madeira quer, até 2030, fortalecer e organizar a agricultura familiar, atividade que ocupa 37 mil pessoas no arquipélago, anunciou o secretário regional com a tutela do setor



AS BOAS NOTÍCIAS DE BALI

A luta contra as alterações climáticas ganha cada vez maior preponderância na agenda global



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Por estes dias, a ilha indonésia de Bali acolheu a 17.^a Cimeira do G20, reunindo os chefes de estado ou de governo das maiores economias mundiais. Ou, melhor dizendo, reunindo quase todos os líderes, uma vez que se fizeram notar duas grandes ausências, cada uma por razões diferentes: a de Jair Bolsonaro, na ressaca da sua derrota eleitoral para a Presidência do Brasil, e a de Vladimir Putin, sem dúvida, a mais significativa, considerando a guerra da Ucrânia.

A ausência de Vladimir Putin nesta cimeira torna-se ainda mais relevante porquanto o presidente da Ucrânia, Vladimir Zelensky, foi convidado a participar, por videoconferência, pese embora o seu país não integre o grupo das nações mais ricas do mundo. Sendo certo que, no contexto do frágil equilíbrio geoestratégico mundial, a questão da guerra na Ucrânia é tratada com enorme sensibilidade pelas diferentes potências, pode-se afirmar, sem grande risco, que assistimos a mais uma derrota diplomática da Rússia na cena internacional.

Era inevitável que a guerra na Ucrânia se tornasse tema dominante numa cimeira que se apresentou com o mote “Uma recuperação em conjunto, uma recuperação mais forte”. Com o mundo ainda a sofrer as consequências de uma pandemia global, o conflito no leste da Europa veio tornar ainda mais complexo e difícil a recuperação económica internacional, ao mesmo tempo que desestabilizou os equilíbrios de forças entre as potências.

Por isso, e perante o aumento da tensão em diferentes pontos do globo, a realização de encontros bilaterais, que sempre acontecem

nestes contextos, suscitaram uma atenção (ainda mais) especial da parte dos media, dos dirigentes políticos e dos agentes económicos. A que alimentou maior expectativa foi, sem dúvida, a realizada entre o presidente estado-unidense, Joe Biden, e o líder chinês, Xi Jinping, dois líderes que, curiosamente, se apresentaram com legitimidade reforçada – ainda que apenas um se possa afirmar vencedor de um processo verdadeiramente democrático.

Desse encontro, há dois pontos importantíssimos a destacar: desde logo, o reafirmar da abertura ao diálogo, apesar das enormes divergências que existem entre os dois países. A existência de uma plataforma de diálogo não é uma questão de somenos importância, pois assegura um mecanismo de descompressão numa relação que tem os seus pontos de tensão, como os respetivos líderes admitiram. O outro destaque é o anúncio do reatamento da colaboração na luta contra as alterações climáticas, algo que ganha cada vez maior preponderância na agenda global.

Paralelamente, uma outra boa notícia é, sem dúvida, o anúncio do reforço da parceria entre a Indonésia, os EUA e a União Europeia para o desenvolvimento de uma rede de infraestruturas de abastecimento, promovida pelas grandes democracias mundiais, que seja alternativa à iniciativa chinesa Nova Rota da Seda, funcionando num quadro de transparência, sustentabilidade e proteção do meio ambiente.

Em tempos tão conturbados como os que vivemos, é bom sublinharmos – e sabermos valorizar – as boas notícias que surgem.

LUÍS MONTENEGRO EM VISEU

ANTÓNIO COSTA VAI TER DE “TOMAR POSIÇÃO” SOBRE REVISÃO CONSTITUCIONAL

Luís Montenegro critica a má vontade do PS e o desinteresse deliberado de António Costa na revisão da Constituição, que está em curso no Parlamento, pelo que “o PS vai mesmo responder por aquilo que quer e por aquilo que não quer”. O Presidente do PSD vai “obrigar” o Primeiro-Ministro a “tomar posição” sobre o projeto social-democrata de revisão constitucional, que assenta “numa visão de futuro”.

Luís Montenegro, que participava em Viseu, no sábado, 12 de novembro, na cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos da Distrital, afirmou que não vai permitir que António Costa e o PS façam “duas ou três reuniões” e desperdicem uma “grande oportunidade para criar uma garantia mais profunda dos direitos dos cidadãos orientada para a sustentabilidade” na Lei Fundamental. “Se o doutor António Costa está a pensar que isto se vai resolver em duas ou três reuniões e com dois ou três temas, desengane-se, que nós não vamos fazer esse processo com ele. Nós vamos obrigá-lo a tomar posição”, insistiu.

O Presidente do PSD lembra que, historicamente, o PS é avesso às mudanças no texto constitucional. “Mas nós somos pacientes, porque o PS foi sempre assim. Pelo PS, nós não sabíamos quantos anos teríamos o Movimento das Forças Armadas, as nacionalizações eram irreversíveis. Porque estas mudanças operadas na Constituição foram motivadas por impulso do PSD e sempre com o PS renitente, relapso, a chegar tarde e a más horas”, apontou.





Em causa, continuou Luís Montenegro, está, por exemplo, a proposta do PSD para que “nas próximas eleições legislativas, e doravante, o legislador ordinário, quando fixar os termos da eleição legislativa”, para que os “círculos eleitorais adotem o princípio da proporcionalidade, face à densidade demográfica, mas também o princípio da representatividade” dos territórios.

“O senhor doutor António Costa vai ter de explicar ao país por que é que não quer, se é que não quer, criar um Conselho da Coesão Territorial intergeracional. Se o doutor António Costa não quiser associar na Constituição o princípio da proporcionalidade ao princípio da territorialidade, nunca mais vai ter autoridade para falar em coesão territorial”, declarou.

O Presidente do PSD assinala que a “Constituição da República não deve ter normas que visem garantir

a manutenção do Estado no estado em que o Estado está”. Ao invés, “a Constituição da República deve garantir o exercício dos direitos dos cidadãos e o acesso universal aos bens fundamentais, como a saúde, a educação, a habitação como a segurança social. E é isso que nós fazemos com o nosso projeto de revisão constitucional, olhando antes de tudo para a pessoa e não olhando para o Estado e o PS parece que não está muito interessado nisso”, referiu.

Conselho Nacional aprova por larga maioria as propostas do PSD

Luís Montenegro desafia o Primeiro-Ministro a ser “reformista” na revisão da Constituição, para que a Lei Fundamental possa construir “uma sociedade mais justa e mais equili-





O PS adora a postura de um partido carrossel

Luís Montenegro



brada” para as gerações futuras.

“Quero desafiar, olhos nos olhos, o dr. António Costa e o Partido Socialista para vestirem o fato de reformistas, de políticos modernos, que olham com décadas de distância, para que as gerações que vêm a seguir a nós possam ter mais qualidade de vida e bem-estar”, afirmou o líder do PSD.

Luís Montenegro, que falava dia 10 de novembro, na abertura do Conselho Nacional do PSD, insta o PS a deixar “de estar tão concentrado nas confusões dos membros do Governo, na jogada política de notícia de hora a hora, olhe com ambição, com sentido de esperança nacional, de amor à pátria portuguesa para no futuro construir mais progresso, uma sociedade mais justa e mais equilibrada”.

O Presidente do PSD, que apresentou aos conselheiros nacionais as linhas principais do projeto de revisão constitucional social-democrata, acusa o PS de ser “um partido car-

rossel”. “O PS é relapso a aceitar as mudanças. (...) O PS [anda] sempre atrás do comboio do PSD e a querer entrar numa das carruagens para apanhar boleia e tratar aquilo que é importante para o país. O PS tem se de habituar à alta velocidade do PSD, eles [socialistas] adotam a postura de um partido tipo carrossel, que se diverte muito a andar à volta, mas nunca sai do sítio”, acusou.

Luís Montenegro lembra que, historicamente, o PSD tem sido o partido precursor e ambicioso dos processos de revisão constitucional, como aconteceu em 1982. Quarenta anos depois, o projeto do PSD, agora apresentado, contém 40 propostas e intitula-se “Realista, Reformista e Diferenciador”.

Apesar de não ser obrigatório nem estar inscrito na ordem de trabalhos, o Presidente do PSD levou a votos o documento distribuído aos conselheiros, aprovado com ampla maioria, registando apenas duas abstenções.

LUÍS MONTENEGRO NAS JORNADAS PARLAMENTARES

SEMANA EM VIANA COM “CHAVE

Subconcessão dos Estaleiros de V

”

Hoje estamos na presença de uma infraestrutura que tem um grande trabalho na construção e reparação naval

Luís Montenegro



A FECHA DE OURO”

Viana foi “uma boa opção”



Luís Montenegro elogia a “capacidade” dos empresários portugueses que transformam projetos industriais estagnados e condenados durante anos em projetos de sucesso, como os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Na quinta-feira, e após visitar esta infraestrutura com um grande impacto para o Alto Minho, o Presidente do PSD mostrou-se satisfeito pela opção tomada em 2014, de subconcessão dos Estaleiros, e que se tem vindo a confirmar “como uma boa opção”, mostrando uma empresa que é “capaz de manter a atividade económica e os empregos vivos, de manter a investigação e o desenvolvimento em níveis de vanguarda no contexto europeu e global”.

“Hoje estamos na presença de uma infraestrutura que tem um grande trabalho na construção e reparação naval, emprega centenas de pessoas, indiretamente mais de um milhão de pessoas, tem procurado diferenciar a sua oferta, valoriza a atividade económica do país, da região. É sinónimo de que na política vale a pena ter coragem”, acrescentou.

Num balanço da iniciativa “Sentir Portugal em..”, que percorreu os 10 concelhos do Alto Minho – Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cer-



veira – , Luís Montenegro sublinha que fecha a semana “com chave de ouro” e os Estaleiros Navais de Viana representam “o exemplo daquilo que devem ser as decisões políticas, a sua concretização e, também, a confiança nos agentes económicos, na capacidade empreendedora, no caso até de um grupo económico português”.



Os Estaleiros Navais de Viana representam “a confiança nos agentes económicos e na capacidade empreendedora”

Na política vale a pena ter coragem



HUGO SOARES NO ENCONTRO NACIONAL
DE CONCELHIAS DA JSD

UMA CONSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA E VALORIZA A JUVENTUDE

O PSD acredita no papel dos jovens e no contributo que as gerações mais novas podem dar ao país.

Hugo Soares, Secretário-geral do PSD, defende que é altura de incluir expressamente na Constituição as preocupações da juventude portuguesa e da “justiça intergeracional”.

“Nós acreditamos na juventude portuguesa. Nós acreditamos que quando dizemos que esta é a geração mais bem preparada, nós não o dizemos em palavras vãs, mas concretizamos em atitudes. Quando se diz que há um alheamento dos jovens relativamente política, então vamos aproximar os jovens das políticas públicas que lhes dizem respeito. Num país e num mundo onde cada vez menos pessoas participam nos atos eleitorais, vamos chamar os mais jovens para decidirem aquilo que lhes diz respeito”, afirmou.

O Secretário-geral do PSD, que discursava no Encontro Nacional de Concelhias da JSD, no Vimeiro, concelho da Lourinhã, na sexta-feira, 11 de novembro, apresentou as principais propostas que o partido quer ver consagradas na Constituição.

Desde logo, a criação do Conselho da Coesão Territorial e Geracional como um órgão que iria assegurar uma representação paritária das diferentes regiões do território e gerações. “Esta proposta que entregámos – um Conselho da Coesão Territorial e Geracional – obriga a que este Conselho seja ouvido sempre que se legisle sobre as futuras gerações e a coesão territorial”, explicou.

Outra das propostas é a alteração da idade legal para exercer o direito de voto, a partir dos 16 anos, uma





”

Nós acreditamos na juventude portuguesa

Hugo Soares



medida “simbólica”, mas que constitui “um sinal que o Presidente do Partido dá” à sociedade.

Hugo Soares gostaria de ver introduzido o voto eletrónico em Portugal, enquanto expressão do modo como o PSD olha “para as transformações digitais a 5 ou 10 anos” e, ainda, nas normas constitucionais do ambiente, a valorização do combate às alterações climáticas e à promoção da biodiversidade.

Para o Secretário-geral social-democrata, todas estas propostas procuram “responder aos anseios da juventude portuguesa”. “Estas propostas demonstram bem a importância que o partido e esta direção nacional dão não só à juventude portuguesa, mas sobretudo aquele que deve ser o fim último da política: deixarmos [um país] melhor para aqueles que aí vêm”, justificou.

REVISÃO CONSTITUCIONAL

CONHEÇA AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DO PROJETO DO PSD

Foi o PSD que empunhou o estandarte da mudança na Lei Fundamental há quatro décadas

Em 1982, o PSD contribuiu para introduzir mudanças profundas nas disposições constitucionais, através da consolidação da democracia liberal em Portugal e da redução da carga ideológica. A primeira revisão constitucional consagrou igualmente o aperfeiçoamento dos direitos fundamentais, a redefinição das estruturas do exercício do poder político (as relações entre o Presidente da República, a Assembleia da República e o Governo), a extinção do Conselho da Revolução e a criação do Tribunal Constitucional.

Foi o PSD que empunhou o estandarte da mudança na Lei Fundamental há quatro décadas.

Hoje, o PSD concretiza a apresentação de um projeto de revisão constitucional realista, reformista e diferenciador para Portugal. São 40 propostas que visam modernizar a Constituição da República

Portuguesa ao mesmo tempo que respeitam a sua identidade histórica de reformismo, europeísta e moderado.

O projeto que o PSD entregou na Assembleia da República, assenta em três eixos prioritários: uma Constituição para o século XXI, enfatizando a sustentabilidade ambiental, a justiça intergeracional, a valorização de todas as gerações e a igualdade entre mulheres e homens; a valorização da autonomia regional e da coesão territorial; a Pessoa no centro das políticas públicas, mediante o equilíbrio e moderação do esforço fiscal dos portugueses, a sustentabilidade e transparência orçamental, o reforço das tarefas fundamentais do Estado e do catálogo dos direitos fundamentais, incluindo a promoção da natalidade, a sustentabilidade ambiental e o acesso à educação, saúde e habitação.



PRINCIPAIS PROPOSTAS

Eixo 1 - Uma Constituição para o Século XXI

Na coesão e equidade intergeracional:

- A criação do Conselho da Coesão Territorial e Geracional como um órgão que assegura a representação paritária das diferentes regiões do território e gerações;
- A alteração da idade legal para exercer o direito de voto: a partir dos 16 anos;
- O reforço da dignidade na terceira idade.

Na promoção da igualdade entre mulheres e homens e mobilidade social:

- O acesso universal e gratuito às creches e educação pré-escolar;
- A introdução do direito ao apagamento de dados pessoais objeto de tratamento informático;
- O acesso pelo sistema de informações da República aos dados de contexto (metadados) resultantes de telecomunicações, sujeito a decisão e controlo judiciais;
- O reconhecimento do estatuto dos cuidadores informais.

Eixo 2 - Autonomia Regional e Coesão Territorial

No reforço da autonomia regional:

- A extinção do Representante da República com transferência das respetivas competências para o Presidente da República;
- O reforço e a clarificação de competências e participação dos órgãos das Regiões Autónomas, nomeadamente, quanto à gestão das zonas marítimas de cada Região Autónoma, no quadro de uma gestão conjunta e partilhada; a possibilidade de os Presidentes dos Governos Regionais podem participar em reuniões do Conselho de Ministros, para discussão de questões respeitantes às Regiões Autónomas, a convite do Primeiro-Ministro, ou a solicitação daqueles, pelo menos duas vezes anualmente;
- A possibilidade de os emigrantes votarem nas eleições regionais quando cumprindo critério objetivo de efetiva ligação.

Na promoção da coesão territorial:

- A criação do Conselho da Coesão Territorial e Geracional;
- A previsão de que a definição dos círculos eleitorais para a Assembleia da República deve, em conjugação com a proporcionalidade populacional, atender também à dimensão territorial.

Eixo 3 - A Pessoa no centro das Políticas Públicas

No acesso dos cidadãos no centro do estado social:

- Desenvolver o direito de acesso à saúde em tempo e qualidade adequados aos cuidados de saúde necessários.
- Incluir o acesso aos cuidados paliativos;
- Introduzir referência a que o SNS deve cobrir as necessidades de toda a população, aproveitando a complementaridade com os serviços privados e social de saúde;
- Uma nova visão de promoção do acesso à habitação;
- Alargar acesso a Creches, Educação Pré-escolar e Ensino Secundário.

Na organização política:

- A alteração do mandato do Presidente da República para mandato único de 7 anos;
- O reforço das competências do Presidente da República, permitindo a nomeação do Procurador-Geral da República, Presidente do Tribunal de Contas, Governador do Banco de Portugal; a nomeação dos presidentes das demais entidades reguladoras, sob proposta do Governo e sujeita a audição parlamentar; a marcação da data das eleições autárquicas; e a eliminação do obsoleto instituto da referenda pelo Primeiro-Ministro de atos do Presidente da República;
- A redução do número de Deputados à Assembleia da República para um mínimo de 181 e um máximo de 215, e previsão que o número deve ser ímpar;
- A alteração da duração da legislatura para realização de eleições legislativas em maio/junho e ajustar datas de início e conclusão da sessão legislativa;
- A redução para três meses o período em que é vedada a dissolução da Assembleia da República após eleição daquela, ou antes do fim do mandato do Presidente da República;
- O reforço das competências do Parlamento;
- A regulação por lei da votação eletrónica em atos eleitorais e referendos;
- Consagrar a existência de entidades intermunicipais em todo o território nacional, e não apenas nas “grandes áreas urbanas e nas ilhas”.



Consulte no site do PSD o projeto de revisão constitucional na íntegra.

OE2023

ALÍVIO FISCAL COM AUMENTO DAS DEDUÇÕES NA HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO



O PSD propõe um alívio da carga fiscal com o aumento das deduções em sede de IRS para a habitação e educação no Orçamento do Estado de 2023.

Numa conferência de imprensa realizada, dia 11, na Assembleia da República, o presidente do grupo parlamentar, Joaquim Miranda Sarmento, defendeu que a proposta de orçamento do Governo “fica muito longe de corresponder aquilo que são as necessidades do País”, conduzindo a um “empobrecimento cada vez maior” das pessoas.

Para o PSD é preciso apoiar os jovens, as famílias e garantir a competitividade das empresas. Na lista de propostas de alteração, apresentadas hoje pelo PSD, estão o alargamento das deduções com a ha-

bitação em sede de IRS, o aumento das deduções com as despesas de educação para mil euros ou a aplicação de uma taxa máxima de IRS de 15% para os jovens até 35 anos, excluindo o último escalão. Os deputados do PSD querem também a redução da tributação da poupança, em sede de IRS, reduzindo a taxa liberatória dos atuais 28% para 10 por cento nas poupanças até 100 mil euros.

Durante o ano de 2023 o setor social solidário deve ter isenção de IVA na aquisição de bens alimentares.



PSD DE SETÚBAL DEFENDE RESPOSTA LOCAL À INFLAÇÃO

A Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD exorta cada município da região a estabelecer um pacote social de resposta local à inflação, convertendo os excedentes de receita de impostos diretos de cada autarquia (e de outros eventuais excedentes de receita do Município) em medidas efetivas de apoio social aos munícipes.

Para a Distrital, “face às atuais circunstâncias macroeconómicas e às novas dificuldades com que os concidadãos são confrontados, todos Municípios do distrito” devem procurar ajudar as famílias e empresas mais expostas à atual espiral inflacionista.

O Instituto Nacional de Estatística divulgou a estimativa rápida para outubro, que aponta para uma in-

flação de 10,2%, o que significa a mais elevada taxa de inflação dos últimos 30 anos em Portugal. À crise energética que se começou a verificar em meados de 2021, com consequente efeito inflacionista generalizado nos preços de bens e serviços, veio juntar-se um contexto geopolítico muito complexo e desafiante, em particular na Europa, com a guerra na Ucrânia.

“Tendo em consideração que no Distrito de Setúbal o valor do ordenado médio de um trabalhador por conta de outrem, incluindo horas extra, subsídios e prémios, é de cerca de 1.200 euros brutos, ou seja, cerca de 930 euros líquidos mensais, podemos considerar que o orçamento de um agregado familiar (por exemplo, um casal com dois filhos) ronda os 1.860 euros mensais”, refere

a Distrital, que estima “um impacto total dos aumentos dos custos com habitação, bens alimentares, eletricidade e gás será, nesta projeção, de cerca de 250 euros mensais para cada agregado familiar”.

“Em situações excecionais de crise, todos devem fazer a sua parte para ajudar a mitigar os impactos negativos, em particular daqueles em situações mais frágeis. Os Municípios não são exceção, e devem estar ativos na resposta às dificuldades das famílias. Este poderá ser um ciclo de maior exigência económica e social do que o verificado na pandemia. Importa, por isso, colocar em prática medidas locais de apoio, capazes de mitigar o impacto na vida dos munícipes”, conclui a Distrital liderada por Paulo Ribeiro.



**Todos devem
fazer a sua
parte para
ajudar a
mitigar os
impactos
negativos no
distrito**

Paulo Ribeiro

NOVAS COMPETÊNCIAS DA AÇÃO SOCIAL EM GAIA

VEREADORES DO PSD ALERTAM PARA OS RISCOS DA MEDIDA



Os vereadores do PSD em Vila Nova de Gaia voltaram a manifestar preocupação quanto à aceitação de competências no domínio da Ação Social, tendo em conta o que se passou com a transferência de competências na Educação, que obrigou a que o Município tivesse de acomodar no orçamento municipal, até ao momento, cerca de “10 milhões de euros”.

Para os vereadores, seria mais prudente prorrogar a data de aceitação de competências, no mínimo, para o dia 1 de julho de 2023, para permitir que seja estabilizado o quadro de compromissos entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo.

Os vereadores criticam também o “silêncio ensurdecedor, senão mesmo, o colaboracionismo da ANMP”, em matéria de descentralização com o poder central.

“Julgamos não estarem reunidas as condições para que a Câmara Municipal assumir estas competências, uma vez que os municípios estão perante uma completa indefinição

sobre tudo o que verdadeiramente importa e é essencial para cumprir com a sua missão na área da Ação Social”, lamentam.

“Não está em causa a bondade das respostas sociais de proximidade, nem do apoio das situações de exclusão social, mas se não forem acautelados os pressupostos enunciados, nem definidos os critérios para transferência de recursos, poderemos estar a assumir um presente envenenado de muitas dezenas de milhares de euros de despesas permanentes para o orçamento municipal”, concluem.

Redução da carga fiscal

O grupo de vereadores do PSD na Câmara de Gaia opôs-se à manutenção, pelo segundo ano consecutivo, da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nos 0,38%.

Referem que “as dificuldades com que as famílias e as empresas se debatem presentemente mereciam, no nosso entender, um sinal por parte da autarquia. A manutenção do valor da taxa de tributação, não traduz de todo a resposta que a Câmara Municipal podia e devia dar, perante uma situação de emergência social, sobretudo considerando os excedentes líquidos dos últimos resultados de exercício”.

Recorde-se que Vila Nova de Gaia continua a praticar uma das mais elevadas taxas de IMI, do Grande Porto e do País. Por exemplo, a taxa de IMI praticada em 2022 no Porto foi de 0,324%, em Matosinhos 0,325% e na Póvoa de Varzim e Vila do Conde, a taxa mínima de 0,30%. Taxa mínima que também é praticada por Municípios de grande dimensão, como Lisboa, Oeiras, Sintra ou Coimbra.

Em alternativa, os vereadores do PSD, na reunião de 7 de novembro passado, propuseram e foi reprovada pela maioria municipal, a redução da taxa de IMI para 2022, alterando a base da taxa atual de 0,38% para a taxa mínima de 0,30%.

O município de Vila Nova de Gaia continua a praticar uma das mais elevadas taxas de IMI do Grande Porto e do País

Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior.

Os vereadores do PSD, na mesma reunião, afirmaram que “a devolução de uma parte destes 5%, é uma prática que tem vindo a consolidar-se ao longo dos últimos anos, que reportada à liquidação do imposto ascendem a mais de 50% dos Municípios portugueses, existindo inclusivamente casos onde a devolução é integral”.

Em 2022, a Câmara de Gaia, que até então devolvia qualquer valor foi sensível, adotou a redução de 1% da participação do IRS, acolhendo uma proposta que o PSD tem apresentado invariavelmente, ano após ano.

Para 2023, os Vereadores social-democratas, “perante a conjuntura de profunda crise económica e social, defendem um desagravamento de maior dimensão, possibilitando um acréscimo no rendimento disponível

CONFERÊNCIA



Desafios e contingências



Joaquim Sarmento
Presidente do Grupo Parlamentar do PSD



Paulo Nuncio
Ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais



Camilo Lourenço
Jornalista e Comentarista

21 novembro 2022 (segunda-feira) | 21h30

Hotel Hilton Porto Gaia
Rua Serpa Pinto, 124, Vila Nova de Gaia (junto ao Cais de Gaia)



Participação variável no IRS: devolver mais rendimento às famílias

das famílias gaienses”, apresentado como exemplo Lisboa, o maior Município do país, devolve aos seus municípios 3%, ou seja, cerca de 60% do valor arrecadado e os cerca de vinte municípios, a nível nacional, que devolvem o valor na totalidade.

Nesse sentido, o grupo de vereadores do PSD propôs que “a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a fixação de uma participação de 2,5% no IRS”.

Taxa de derrama: isenção da tributação para as empresas com volume de negócios até 150 mil euros

Os vereadores do PSD referiram que “as empresas do Concelho estão confrontadas com aumentos brutais dos encargos com energia, matérias-primas, taxas de juro e financiamento de tesouraria, pelo que é fundamental que o Município procure minimizar este impacto e, assim, contribua para a preservação de postos de trabalho”.

Nesse sentido e quanto à taxa de Derrama, o grupo de vereadores do PSD propôs, em alternativa à pro-

posta do executivo, “a isenção da tributação para as empresas com volume de negócios até 150 mil euros e a fixação da taxa de mínima de 1% para as empresas com volume de negócios superior a 150 mil euros e ainda a isenção da tributação durante 3 anos para as empresas que se fixem no Concelho em 2023 e desde que criem e mantenham durante esse período, pelo menos um posto de trabalho, caso seja microempresa, ou 5 ou mais postos de trabalho, caso seja uma PME ou para as empresas que transfiram durante o ano de 2023 a sua sede social para o concelho de Gaia e aí permaneçam por um período nunca inferior a cinco anos”, que não obteve merecimento, em função do voto contra da maioria socialista.

A taxa de Derrama incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), pelo que “o Município deveria utilizar este imposto como um elemento potenciador para a localização de novos investimentos empresariais no nosso concelho”, apontam.

CÂMARA DE CASCAIS INVESTE 162 MILHÕES DE EUROS NA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

A Câmara Municipal de Cascais pretende investir 162 milhões de euros para implementar até 2026 a Estratégia Local de Habitação (ELH), permitindo apoiar cerca de 7.500 pessoas.

A homologação da ELH de Cascais vai permitir que o município se candidate ao 1.º Direito, programa do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), e a fundos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), estando previsto uma comparticipação de cerca de 59 milhões de euros, segundo explicou à agência o presidente da autarquia, Carlos Carreiras (PSD).

A ELH tinha sido aprovada pela Câmara Municipal de Cascais, por unanimidade, em janeiro deste ano, tendo identificado 4.085 famílias com necessidades de realojamento no concelho.

“Só agora vai ser homologada por parte do Governo e do IHRU. Desde então, nós o que temos estado a fazer é a adquirir terrenos. Vamos adquirir agora um terreno grande. Isso vai permitir ampliar os próprios números no futuro da parte habita-

cional”, sublinhou o autarca social-democrata.

Segundo explicou Carlos Carreiras, a implementação da Estratégia Municipal de Habitação em Cascais vai permitir “criar núcleos habitacionais a custos acessíveis (jovens e classe média) em todas as freguesias do concelho, promovendo, numa primeira fase, a construção de 800 novos fogos em terrenos municipais, representando um acréscimo em 30% da dimensão atual do parque habitacional municipal”.

“Cascais é hoje um dos concelhos que mais habitação pública tem (cerca de 2.500 fogos), mas estamos a falar de cerca de 4% da habitação total. Com o que vamos fazer vamos acrescentar mais 2%. E, com o que estamos a pensar, ao comprar terrenos ainda para fazer, chegaremos a 7,5%, o que ainda é manifestamente baixo comparativamente com ou-

tros países europeus”, apontou.

O ELH de Cascais prevê a disponibilização de mais 2.869 casas, que resulta na reabilitação de 1.960 fogos e a construção dos restantes, após a compra dos terrenos.

Segundo explica o município, a reabilitação do parque habitacional prevê o “melhoramento das fachadas dos prédios, com a aplicação de isolamento térmico, a alteração dos vãos envidraçados para novos vãos com corte térmico, a substituição das colunas de abastecimento de água nas áreas comuns, a requalificação de iluminação das áreas comuns, através da implementação de luz ‘led’ e de sensor, a instalação de painéis fotovoltaicos para produção de energia para as áreas comuns e a reabilitação ou substituição de coberturas”.

PSD QUER AFIRMAR-SE COMO ALTERNATIVA EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Hugo Soares esteve presente no jantar de homenagem aos militantes com 30 ou mais anos de militância ativa do PSD de Oliveira de Azeméis, que decorreu no dia 5 de novembro.

O secretário-geral assegura que o “PSD está unido, coeso e próximo” das bases, acrescentando que “temos um Governo em guerra interna permanente”, porque “aqueles que querem suceder ao Dr. António Costa já perceberam que é este o momento de se começarem a mexer e o Governo está em fim de ciclo”, mas o PSD vai continuar a ser “exigente, não vai deixar de ser oposição” e de afirmar como “alternativa”.

Nuno Pires, Presidente da Secção de Oliveira de Azeméis do PSD, por seu lado, disse “não conseguir evitar sentir o peso da história”, uma história construída ao longo de quatro décadas, com o esforço de todos, que de forma abnegada dedicaram uma vida à causa pública.

O líder da concelhia manifestou publicamente “o seu reconhecimento e



agradecimento pela disponibilidade, dedicação e empenho na defesa das freguesias e do Concelho de Oliveira de Azeméis” e lembrou os seis ex-presidentes de Câmara, já falecidos: “Flávio Laranjeira, Licínio Vieira Dias, Bento Manuel Azevedo Teixeira Lopes, Ramiro Ferreira Alegria, Ângelo da Silva Azevedo e Ápio Cláudio do Carmo Assunção, que muito contribuíram para o desenvolvimento do concelho e da sociedade Oliveirense”.

Nuno Pires abordou os últimos anos de governação socialista, para salientar que “infelizmente, Oliveira de Azeméis está longe de ser um melhor Concelho para viver, investir ou trabalhar e já passaram cinco longos anos sem que se perceba uma visão estratégica do Partido Socialista para o concelho”, concelho de Oliveira de Azeméis é “diariamente ultrapassado por concelhos vizinhos, na captação de pessoas e empresas, na cultura, na justiça e no desporto”.

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO ESTEVE NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DO PSD/PORTO

CONSTRUIR A ALTERNATIVA PORTO

A Assembleia Distrital do PSD Porto reuniu no passado dia 12 de novembro, no auditório do TECMAIA, no Concelho da Maia.



Tratou-se de uma sessão temática inscrita na iniciativa “Construir a Alternativa”, e que se inseriu no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2023, permitindo aos militantes um melhor conhecimento sobre o documento, as suas falhas, bem como das propostas alternativas apresentadas pelo PSD para a produção do documento final.

Como convidado para a sessão tivemos o líder parlamentar do PSD na Assembleia da República, Joaquim Miranda Sarmiento, que fez uma apresentação inicial sobre as temáticas orçamentais e as propostas do PSD.

Depois disto abriu-se o espaço de discussão, com um debate aberto e bastante participativo por parte dos Conselheiros Distritais presentes.

O encerramento da sessão esteve a Cargo do Presidente da Distrital do Porto, Sérgio Humberto, que teceu também ele algumas considerações sobre a temática, bem como apelou a uma forte mobilização de todos, no combate político, nomeadamente na participação na tomada de posse dos órgãos Distritais, que decorrerá no próximo sábado, dia 19 e que contará com a presença do líder do Partido.



REVISÃO CONSTITUCIONAL

PSD QUER PERMITIR VOTO DOS EMIGRANTES

José Manuel Bolieiro defendeu a proposta do PSD de, em sede constitucional, permitir o voto dos emigrantes açorianos nas eleições legislativas regionais. Esta medida está consagrada no projeto de revisão que o PSD entregou na Assembleia da República.

O Presidente do Governo Regional falava na sessão comemorativa do 25.º aniversário do Conselho Mundial das Casas dos Açores, que se realizou na cidade da Horta, ilha do Faial.

O presidente do Governo Regional observou que a admissibilidade do voto dos emigrantes precisará de ver definida uma “ligação jurídica”, apontando para a “eventual criação de uma dupla residência”.

“Trabalharemos para este devir, que aproxima. Trata-se de um reforço de identidade e de presença”, afirmou.

Na quinta-feira, o Presidente do PSD/Açores já tinha dito que a proposta de revisão constitucional do partido na Assembleia da República incluiria outras iniciativas para aprofundar as autonomias regionais.

“Trabalhei, em nome do PSD/Açores, para que o PSD nacional, na sua

proposta de revisão constitucional, inclísse conteúdos autonómicos”, afirmou Bolieiro.

Comentando as declarações do líder do PS, António Costa, sobre a revisão constitucional, o líder do PSD/Açores considerou que se está perante uma tentativa de “inversão do ónus” e um “desaproveitamento” do processo.

Para o também Presidente do Governo dos Açores, “isso é o que se chama uma tentativa de inversão do ónus”.

“Quem não aproveita o momento de revisão constitucional para desenvolver a própria Constituição, o quadro jurídico-político do país e valorizar a descentralização e o poder autonómico, na verdade é próprio de quem tem culpa e não valoriza o país nem as oportunidades”, afirmou José Manuel Bolieiro, na ses-



são de encerramento das jornadas parlamentares do PSD/CDS-PP/PPM, em Ponta Delgada.

O também Presidente do Governo dos Açores reagia às declarações do secretário-geral do PS, que avisou na quinta-feira que os socialistas vão recusar propostas de revisão da Constituição sobre matérias institucionais, alegando que essa discussão seria incompreensível para os cidadãos na atual conjuntura e um desrespeito pelas autonomias regionais.

Bolieiro considerou que afirmar que esta é “apenas uma revisão cirúrgica não institucional é uma desculpa para a falta de trabalho e de vontade” e “não se pode desvalorizar quem tem culpas com desculpas, que se mantêm”.

O líder do PSD/Açores acusou a estrutura açoriana do PS de “optar

por estar a desculpar-se a dizer que este trabalho está no parlamento regional”, quando “na anterior legislatura tinha condições para ter o trabalho feito”.

Bolieiro acusou o PS/Açores de “não conseguir convencer o partido a nível nacional a dar conteúdos de aprofundamento autónomico num projeto de revisão constitucional”.

Mesmo que as propostas do PSD sejam inviabilizadas pela maioria socialista, “ficará o lastro inscrito relativamente às conquistas autónómicas”, na sua opinião.

O líder do PSD/Açores reiterou que o cargo de representante da República seja extinto na próxima revisão constitucional no âmbito das três medidas que considerou mais importantes neste dossiê para as regiões autónomas.

“A extinção constitucional do cargo

de representante da República é para nós relevante, sempre foi, porque dá um sinal de valorização dos órgãos de governo próprio e não de tutela”, declarou Bolieiro, referindo que estas competências devem transitar para o Presidente da República.

Face à “posição centralista” do Tribunal Constitucional, “deve-se clarificar os poderes da gestão e co-gestão do mar”, segundo o líder do PSD/Açores.

Bolieiro defende ainda que “haja em termos constitucionais a obrigatoriedade de uma presença dos Presidentes dos Governos dos Açores e Madeira em pelo menos duas reuniões do Conselho de Ministros, para afirmar temas ligados à autonomia e ao papel dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas”.

PRR

GOVERNO DOS AÇORES QUER CONCLUIR CONSTRUÇÃO DAS VARIANTES

O Governo dos Açores revelou que pretende concluir até 2025 as variantes nas ilhas Terceira, Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial, previstas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Em comunicado, dia 8, a propósito da consignação da variante à zona do portal do vento, nas Setes Cidades, em São Miguel, a secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, deu nota de que o executivo pretende concluir as novas estradas até 2025, um ano antes do limite do período de execução do PRR.

“Quanto às demais variantes a construir no âmbito do PRR, nas ilhas Terceira, Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial, prosseguem os respetivos projetos e concursos com vista a chegarmos a 2025 com todos os nossos processos concluídos”, afirmou Berta Cabral, citada na nota de imprensa.

Segundo o executivo açoriano, a variante à zona do portal do vento, nas Sete Cidades, vai “criar uma alternativa viária à atual estrada regional no acesso à freguesia” e contribuir para “preservar a qualidade ambiental e turística da zona envolvente ao miradouro da Vista do Rei”.

“Temos uma estratégia bem-sucedida no que respeita ao desenvolvimento turístico sustentável e obras como esta da variante ao portal do vento assumem particular importância em termos ambientais e turísticos”, declarou Berta Cabral.

A obra, no valor de 1,2 milhões de euros, tem um prazo de execução de 180 dias e vai reduzir em dois quilómetros o percurso para aquela freguesia, que constitui um dos principais pontos turísticos do arquipélago.

“Há também outros pontos de visitação com problemas para resolver, como, por exemplo, o acesso à Lagoa do Fogo, mas estamos a trabalhar com os nossos técnicos, cuja competência realço, para ultrapassar essa situação”, afirmou a secretária regional.

A freguesia das Sete Cidades, localizada no município de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, tem cerca de 19,22 quilómetros quadrados e 793 habitantes, sendo um dos locais turísticos mais visitados dos Açores.

Em 10 de março, o Governo dos Açores anunciou o lançamento do concurso para a construção de uma variante à zona do portal do vento.



INVESTIMENTO NA TERCEIRA PARA 2023 É SUPERIOR EM 80% À MÉDIA EXECUTADA PELO PS

O PSD/Terceira afirma que o montante previsto para a ilha na proposta de Plano de Investimentos para 2023 é superior em 80% à execução média dos planos dos governos do PS.



“O Plano para 2023 tem previsto um investimento de 122 milhões de euros para a ilha Terceira, o que representa um aumento de 80% face à execução média de governos socialistas”, afirmou a vice-Presidente da Comissão Política do PSD da ilha Terceira, Mónica Seidi, citada em comunicado de imprensa.

Mónica Seidi salientou que, “entre 2012 e 2020, os governos do PS apenas investiram, em média, 68,4 milhões de euros por ano na Terceira”.

“O governo da coligação PSD/CDS-PP/PPM pretende investir na Terceira, em 2023, mais de 122 milhões de euros, ou seja, mais 54 milhões de euros. Os números são claros e desmentem a já habitual desinformação do Partido Socialista”, frisou.

Segundo a dirigente social-democrata, em 2021, no primeiro orçamento da responsabilidade do atual executivo, “foram investidos cerca de 113 milhões de euros” na ilha Terceira.

“Nunca se investiu tanto na Terceira como com o atual Governo Regional”, salientou, alegando que “a realidade contradiz as falsidades que o Partido Socialista propala, quase diariamente, sobre o trabalho do governo”.

Mónica Seidi lembrou ainda que o Conselho de Ilha da Terceira “se pronunciou com uma avaliação globalmente positiva relativamente a este plano”.

“Essa realidade não se verificou nos últimos anos da governação socialista, nos quais o Conselho de Ilha

teve uma posição muito crítica sobre os planos apresentados pelos governos do PS. Agora, pelo contrário, o Conselho de Ilha dá um parecer globalmente positivo, o que vem atestar a credibilidade conseguida por este governo junto das forças vivas da Terceira”, apontou.

As propostas de Plano e Orçamento dos Açores para 2023 são discutidas e votadas em plenário a partir de 21 de novembro.

OE2023

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO PSD ASSEGURAM PRIMAZIA DOS INTERESSES DOS AÇORES



O grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República apresentou um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2023, “que asseguram a primazia aos interesses dos Açores e dos açorianos”, conforme indicações dos deputados Paulo Moniz e Francisco Pimentel.

O leque de propostas apresentadas “colocam sempre os Açores em primeiro lugar, sublinhando a solidariedade e os deveres da República, no sentido de promover uma melhor vida para a Região e para os seus habitantes”, referiram os parlamentares.

Uma das iniciativas tem a ver com a substituição do sistema de cabos submarinos entre Portugal Continental e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, e visa que o Governo proceda, até ao final de 2023, ao lançamento do concurso público internacional e à respetiva adjudicação, ficando autorizado a efetuar as alterações orçamentais necessárias à sua execução.

A construção do novo estabelecimento prisional da ilha de São Mi-

guel também foi tida em conta pelos social-democratas, que propõem as diligências necessárias ao lançamento e adjudicação, em 2023, do concurso público para a elaboração do projeto da referida obra.

Tendo em vista o Orçamento do Estado, os deputados do PSD querem ver fixada a transferência de verbas para o município da Praia da Vitória, no âmbito do processo de descontaminação dos solos e aquíferos daquele concelho, através de um protocolo com o Fundo Ambiental para cobrir o valor despendido em 2023 com as análises de monitorização especial da água para abastecimento público.

No âmbito das obrigações de serviço público aéreo, os social-democratas querem igualmente uma



alteração à transferência de verbas inscritas no Orçamento, para que as rotas não liberalizadas entre o continente e os Açores – Santa Maria, Faial e Pico - recebam um montante até 10 milhões de euros.

No tocante à Universidade dos Açores, o PSD quer ver compensada a insularidade e a ultraperiferia daquela Academia, através da compensação dos seus sobrecustos, através de um fundo de coesão que possa corrigir a atual dotação orçamental, assegurando um melhor funcionamento da instituição.

Relativamente aos trabalhadores da Base das Lajes, é proposta a eliminação da aplicação do fator de sustentabilidade, de forma a garantir a reposição integral das pensões de quem requereu a aposentação entre 2015 e 2019.

Também a remuneração complementar dos trabalhadores em funções públicas mereceu a maior atenção dos deputados do PSD, que querem ver esse suplemento remuneratório alargado “a todos os funcionários com vínculo de emprego público, das carreiras gerais, especiais, revistas e não revistas, incluindo os agentes da PSP e da GNR, e fazendo-lhes assim a devida justiça”, concluem.

O PSD quer ver compensada a insularidade e a ultraperiferia da Universidade dos Açores

GOVERNO DA MADEIRA QUER AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA

Decorreu no sábado, 22 de outubro, a Convenção Autárquica do PSD de Paços de Ferreira subordinada ao tema “O Caminho da Democracia”.

O Governo da Madeira quer, até 2030, fortalecer e organizar a agricultura familiar, atividade que ocupa 37 mil pessoas no arquipélago, anunciou o secretário regional com a tutela do setor, Humberto Vasconcelos.

O objetivo é ter, “até 2030, uma agricultura familiar ainda mais fortalecida e devidamente organizada”, declarou o secretário regional da Agricultura e Desenvolvimento Regional, no plenário da Assembleia Legislativa da Madeira, no Funchal.

O governante falava no debate da proposta de decreto legislativo regional do executivo (PSD/CDS-PP) que adapta à Madeira o Estatuto da Agricultura Familiar, o qual estabelece benefícios adicionais aos seus detentores.

O secretário regional argumentou que a legislação nacional nesta matéria “não teve em conta as especificidades regionais”, nomeadamente a definição da competência aos órgãos de governo próprio a definição da regulamentação do procedimento relativo à atribuição do título de reconhecimento do Estatuto de Agricultura Alimentar”.

O responsável mencionou que, em 2019, a Madeira registava 13.534 explorações agrícolas, sendo 98%

geridas por produtores singulares autónomos, o que abrange cerca de 37.000 pessoas, representando 14,5% da população residente.

Humberto Vasconcelos sustentou que “a agricultura madeirense tem crescido nos últimos anos” e o Governo Regional continua a considerar o setor “fundamental para o futuro sustentável da região”.

Esta iniciativa do executivo regional foi aprovada com os votos favoráveis do PSD e do CDS e do deputado único do PCP, tendo o PS e o JPP optado pela abstenção.

Em votação final global, foi também aprovada por unanimidade a proposta de decreto legislativo regional que adapta à região e aprova o regime jurídico do exercício da atividade profissional da pesca comercial, marítima e da autorização, registo e licenciamento de navios em embarcações, discutida anteriormente em reuniões plenárias e de comissão parlamentar.

Os deputados do PSD e do CDS também aprovaram o regime jurídico dos percursos pedestres da Madeira, uma iniciativa que contou com a abstenção de PS e JPP e o voto contra do PCP.

MADEIRA APOSTA NA PROXIMIDADE DOS CUIDADOS DE SAÚDE DO UTENTE

O Grupo Parlamentar do PSD/Madeira reuniu-se com o coordenador do Agrupamento dos Centros de Saúde da Região. Dr. Fábio Camacho, tendo a deputada Rubina Leal realçado que esta nova organização dos cuidados de saúde primários tem permitido reforçar a política de proximidade com os utentes e atender às especificidades de cada zona geográfica.

A deputada referiu que o ACES contempla sete zonas: Funchal I e II, Zona Leste (Machico e Santana), Santa Cruz, Câmara de Lobos; Porto Santo e Zona Oeste. Estas duas últimas, ressaltou, com cobertura de médico de família a 100%, tendo salientando que esta será uma realidade em toda a toda Região a breve prazo, havendo, para tal, um grande esforço do Serviço Regional de Saúde para atração de novos profissionais de medicina geral e

familiar, estando já previsto a abertura de um concurso público para a contratação de três novos médicos que irão reforçar as equipas dos centros de saúde.

Rubina Leal afirmou, ainda, que essa proximidade com o utente se faz não só através do médico de família, mas também uma equipa multidisciplinar que está ao dispor dos doentes e que engloba também profissionais de enfermagem, nutrição, psicologia e apoio administrativo,

permitindo olhar para a saúde num todo e ir ao encontro das preocupações e necessidades da população.

Referiu ainda o facto de existir serviço de urgência permanente em quatro centros de saúde da Região, Machico, Porto Santo, Calheta e Porto Moniz, assegurando que os cuidados de saúde mais emergentes possam ser prestados a qualquer hora do dia, de forma mais imediata, evitando deslocações ao Funchal.





Povo livre

PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Director: Pedro Roseta

Número 251
9 Maio 1979
Preço: 7\$50
Sai às
Quartas-feiras

CINCO ANOS DE LUTA PELA SOCIAL DEMOCRACIA

A grandiosa festa em Coimbra do V Aniversário do PSD

REPORTAGEM NAS PAGINAS 4, 5, 6, 7, 8 E 9



EDIÇÃO N.º 251 do “Povo Livre” | de 9 de maio de 1979

“Cinco anos de luta pela social-democracia”.

A cidade de Coimbra acolhia as comemorações do 5.º aniversário do PPD/PSD. Logo pela manhã, “o estalar de foguetes e o desfile pelas ruas de vigorosos Zés Pereiras animaram a baixa coimbrã, quebrando a pacatez domingueira e chamando as atenções para o convívio”, que teria lugar no Choupal.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir **dia 24 de novembro (quinta-feira) de 2022, pelas 20H30** na Sede, sita na Rua de São Pedro, nº 22 - 1º em Abrantes, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação da Acta da anterior Assembleia de Secção;
2. Intervenção do Presidente da Comissão Política da Secção de Abrantes;
3. Análise da situação político-partidária;
4. Outros assuntos.

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Anadia, para reunir, em sessão ordinária, no **dia 25 de novembro (sexta-feira) de 2022, pelas 20H30**, na Sede do Atlético Clube de Famalicão, sita na Prace-ta Marquês da Graciosa, em Famalicão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Informações.

Nota: Se à hora marcada, não estiver presente o número de militantes necessário para preencher o quórum, nos termos dos Estatutos, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, isto é, às 21H00, com qualquer número de militantes presentes.

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD/Baião para reunir no próximo **dia 3 de dezembro (sábado) de 2022, pelas 17H00**, na Sede do Partido, sita na Rua de Camões – Campelo – Baião, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Homenagem ao fundador do PSD Francisco Sá Carneiro;
2. Informações da Presidente da Mesa da Assembleia de Secção;
3. Informações da Presidente da Comissão Política de Secção;
4. Informações dos Vereadores Eleitos à Câmara Municipal;
5. Análise da situação política concelhia;
6. Outros assuntos.

BRAGA

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Braga, para reunir, **dia 13 de janeiro (sexta-feira) de 2023, entre as 17H00 e as 21H00**, na Sede da Secção de Braga, sita no Largo Senhora-a-Branca, nº 116, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: A eleição decorrerá em regime de urna aberta, das 17H00 às 21H00.

As listas deverão ser entregues, na secretaria da Secção de Braga, ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O caderno eleitoral será fornecido pelo Secretário-Geral do PSD e no qual só constarão os militantes com as quotas em dia, nos termos do artº 8º, nº 1, do Regulamento Eleitoral do PSD.

Os cadernos eleitorais contêm apenas os militantes na situação de ativo, cujas quotas estejam regularizadas até ao término do décimo dia anterior ao da eleição, e indicam apenas o número de militante e o nome dos mesmos.

Os militantes que desejarem, podem passar pela Sede, todos os dias úteis entre as 14H30 e as 19H30, e informarem-se, junto dos serviços, sobre a sua situação relativamente ao pagamento de quotas.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Cascais para o **dia 29 de novembro (terça-feira) de 2022 pelas 21H00**, a qual irá decorrer presencialmente nas instalações do Hotel Baía em Cascais com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. informações;
2. Análise da situação política.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e nos termos do disposto pelo art. 54º, convoca-se os militantes da Secção de Castelo Branco, para reunir em Assembleia de Secção Ordinária, no próximo **dia 28 de novembro de 2022 (segunda-feira), pelas 20H30**, na Sede do PSD de Castelo Branco, na Rua Prior de Vasconcelos, nº34, em Castelo Branco, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política.
2. Outros Assuntos.

Nota: Nos termos do disposto pelo art. 69º dos Estatutos, se, à hora marcada para o início da reunião da Assembleia não se verificar a presença de mais de metade dos militantes da Secção, o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum exigido, a reunião terá início trinta minutos depois, com o número de militantes presentes.

COIMBRA

Ao abrigo do Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da Secção de Coimbra, para reunião da Assembleia de Secção, a realizar no próximo **dia 30 de novembro (quarta-feira) de 2022, pelas 21H00**, em São Martinho do Bispo - Coimbra, na Sede do Grupo Recreativo Vígor da Mocidade, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Aprovação do Orçamento da Comissão Política Concelhia para o ano de 2023;
- 3 - Outros Assuntos.

GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata (PSD), convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir no próximo **dia 17 de dezembro de 2022 (Sábado), entre as 15H00 e as 18H00** na Universidade Sénior, sita na Av. ª António Inácio da Cruz, nº 1, em Grândola, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição da Comissão Política de Secção de Grândola
2. Eleição da Mesa da Assembleia para o biênio 2022/2024.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, na Rua Idalina Santana, Lote 18 em Grândola até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (4.ª feira – 7/Dez).

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lisboa para reunir, no **dia 30 de novembro (quarta-feira) de 2022**, no Vip Grande Lisboa Hotel & Spa, sita Avenida 5 de Outubro 197 Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do Plano de Atividades;
2. Apresentação dos novos Núcleos de Lisboa e respetivo cronograma de implementação;
3. Apresentação de Estratégia de comunicação do PSD Lisboa,
4. Discussão do orçamento da Câmara Municipal de Lisboa;
5. Análise da situação política.

Nota: Alerta-se para o facto de a credenciação começar às 19H30.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo do disposto nos artº 53º e 54º do PPD/PSD, convoca-se os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros para reunir em Assembleia de Secção, na sua Sede Concelhia, sita na Rua Clara Vaz, nº 1 2º Esq -Macedo de Cavaleiros no próximo **dia 29 de novembro (terça-feira) de 2022, pelas 20H30**, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política local e nacional;
2. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no artº 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças

MIRANDELA

Ao abrigo do disposto nos artº, 53º e 54º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Mirandela para uma reunião a realizar no **dia 25 de novembro (sexta-feira) de 2022, às 21H15** na Sala do Auditório do Grande Hotel D. Dinis, sita Avenida Nossa Senhora do Amparo, Mirandela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política atual;
3. Outros Assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no artº 69º dos Estatutos do PSD, no seu ponto número 2, se à hora marcada não estiverem reunidos mais de metade dos militantes, a reunião iniciar-se-á com os elementos presentes.

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção da Murtosa, para reunir no próximo **dia 17 de dezembro (sábado) de 2022, entre as 15H00 e as 19H00**, na Sede do PSD da Murtosa, na Praça Jaime Afreixo, nº 6 A, Pardelhas Murtosa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23H59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Sede do PSD da Murtosa.

SESIMBRA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes para reunirem, em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Sesimbra, no próximo **dia 4 de dezembro de 2022 (sábado), pelas 16H00**, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apresentação, discussão e votação do orçamento da Secção para 2023;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Outros assuntos

Nota: Se na hora prevista não estiverem presentes a maioria dos militantes da secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se todos os militantes para reunirem, em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Setúbal, no **dia 24 de novembro de 2022, (quinta-feira) às 21H00**, na Sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23, 1.º Esq., em Setúbal, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

De acordo com os Estatutos Nacionais do PPD/PSD, não estando presentes mais de metade dos militantes da Secção, a Assembleia de Secção pode deliberar trinta minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo do art.º 54º dos Estatutos Nacionais do PSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vale de Cambra, para reunir no próximo **dia 3 de dezembro (sábado) de 2022 às 15H00** na Sede do PSD, sita na Avenida Camilo Tavares de Matos, n.º 352 1.º Dto Vale de Cambra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Ponto da situação sobre o primeiro ano do mandato da Comissão Política de Secção;
2. Análise sobre a ação Política do Partido ao nível Concelhio, Distrital e Nacional;
3. Apresentação do Plano de Atividades para 2023;
4. Outros assuntos de interesse para o Partido.

VILA NOVA DE POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes de Secção de Vila Nova de Poiares, para reunir em plenário, no próximo **dia 25 de novembro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00**, na Sede da Secção do PSD de Vila Nova de Poiares, sita na Av. Manuel Carvalho Coelho em Vila Nova de Poiares, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Balanço da Atividade Política;
3. Outros assuntos de interesse.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

NESD DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Universidade de Évora (NESD-UE) para ato eleitoral dos respetivos órgãos sociais no **dia 19 de Dezembro de 2022, segunda-feira, pelas 17h30m**, na sede do PSD Distrital de Évora, sito na Rua Cândido dos Reis n.º 48, 7000-502 Évora, com a seguinte ordem de trabalhos.

Ponto Um: Eleição dos órgãos sociais do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade de Évora.

Nota:

As urnas estarão abertas das 17h30 às 19h30.

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital, ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na morada supra citada.